



OPINIÃO

(In)sensibilidade e bom senso



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Neste e noutros espaços, já manifestei a minha convicção que é nos momentos de maior constrangimento que os cidadãos têm de puxar pelo melhor de si e procurarem ser produtivos e úteis à sociedade em que se inserem.

As oportunidades não faltam. O que por vezes escasseia é a capacidade empreendedora e dinamizadora. Mas há as honrosas excepções. Em Penafiel, uma iniciativa do Ministério do Ambiente recrutou 15 desempregados de longa duração para procederem à limpeza de rios e zonas afluentes. A iniciativa é meritória e de louvar.

A lógica é simples: as pessoas mantêm o subsídio de desemprego e auferem uma verba suplementar. Mais importante: acções desta natureza, mesmo não integrando estas pessoas na população activa revelam-se de grande utilidade social à comunidade.

Este é um bom exemplo de como se pode minorar o flagelo do desemprego e o país e os portugueses deviam inspirar-se nos bons exemplos.

Não conheço as histórias de vida de cada um dos indivíduos, mas arrisco dizer que alguns foram vítimas do encerramento de pequenas e médias empresas nos últimos anos. Com efeito, a sociedade em que vivemos não raro produz sinais inquietantes e contraditórios que não podem deixar de causar perturbação. Num dia temos a boa notícia de que 10% do PIB reside em mil PME. Logo a seguir, sabe-se que dezenas de milhares de empresas correm o risco de fechar no próximo ano, ameaçadas por sérias dificuldades, lutando entre a salvação e a dissolução para pagar as remunerações aos seus colaboradores, isto já para não falar das responsabilidades para com os seus fornecedores. Quem co-

nhece de perto o terreno sabe que estes números não estão longe da realidade.

Milhares de empresários estão com a corda na garganta, lutando diariamente para sobreviver. Da sua sorte depende o destino de dezenas de milhares de agregados familiares. E aqui é que entra o papel do Estado e a insensibilidade que tem demonstrado face à sucessão de dramas empresariais e sociais que se avolumam no dia-a-dia.

O Estado, nos actos administrativos materializados pelo governo, não pode nem deve ignorar a importância que a manutenção dos postos de trabalho representa na estabilidade social e individual de cada cidadão, pois acaba por se constituir como um factor duplamente fundamental, tanto em termos de realização como de estabilidade social.

Tem de ser erradicada a visão economicista e algo preconceituosa que tem passado sobre as PME. É falaciosa a ideia que as PME têm todas que dar lucro, menosprezando que o seu labor e prosperidade minimiza o esforço, sob a forma de prestações sociais, que o Estado tem que desenvolver para acudir a situações de desemprego.

O conhecimento de uma pequena e média empresa tem que advir da experiência do dia-a-dia e não de um saber académico, muito perfeito no papel, mas na grande maioria das vezes divorciado da realidade concreta.

Aos que têm responsabilidade de regulamentar e legislar sobre a vida das PME deixo um conselho: passem um dia em contacto com os empresários e os trabalhadores que, diariamente, dão o melhor do seu saber. ■

PS: O Dia Internacional de Combate à Corrupção voltou a lançar para o primeiro plano da actualidade um tema que, na verdade, nunca de lá saiu. Não nos enganemos: os momentos de crise são um convite à economia paralela e à fuga e evasão fiscais. O sistema português não é perfeito, não é o melhor nem o pior do mundo, mas tem dado resposta a muitos casos. A aposta, contudo, deve residir na prevenção. E essa começa na educação, nos bancos da escola.